

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL



**PLANO ANUAL  
DE TRABALHO E  
DE CAPACITAÇÃO  
2021**

Porto Alegre, março de 2021

## 1. APRESENTAÇÃO

Este documento atende ao proposto no processo SEI 0000988-54.2021.6.21.8000, cujo objetivo é apresentar o Plano Anual de Trabalho e de Capacitação 2021 da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul - EJERS.

O Projeto Pedagógico da EJERS, aprovado por meio da Portaria TRE-RS. P N. 372, de 29 de janeiro de 2020, estabelece missão, visão, valores e finalidades da Escola, quais sejam:

**Missão:** “Promover educação inovadora no âmbito da Justiça Eleitoral, fortalecer valores democráticos e estimular a participação cidadã”.

Sua **visão** de futuro é: “Ser reconhecida como escola judiciária eleitoral protagonista de transformação cultural”.

Suas ações, projetos e programas são orientados pelos seguintes **valores**: ética; humanismo; democratização; economicidade; colaboração; eficácia; inovação; transparência; acessibilidade; respeito; e responsabilidade social.

Suas finalidades principais são:

- promover atualização e especialização continuada em Direito, notadamente o Eleitoral;
- desenvolver ações de difusão da memória institucional e de projetos de educação para a cidadania política;
- desenvolver ações de estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matérias de interesse da Justiça Eleitoral;
- promover ações de educação como um processo permanente para o desenvolvimento de competências, com vistas à melhoria contínua dos serviços prestados.

Nessa linha, em consonância com a missão, visão e finalidades da EJERS, propõe-se os seguintes objetivos estratégicos para 2021:

1. investir esforços na diversidade de metodologias pedagógicas e educacionais nas ações da EJERS;
2. promover a revisão da Política de Educação e Desenvolvimento (PED) do TRE-RS;
3. colaborar com o enfrentamento à desinformação em matéria eleitoral, consolidando a credibilidade da Justiça Eleitoral;
4. promover o desenvolvimento e aprimoramento da visão sistêmica da Justiça Eleitoral para seus servidores;
5. educar para o uso de novas tecnologias no trabalho e no ensino/aprendizagem;
6. contribuir para melhorar a comunicação interna e externa da instituição;
7. contribuir para o aprimoramento da gestão de pessoas na instituição;
8. auxiliar na disseminação de conhecimentos sobre gestão de processos;
9. implantar e administrar um banco de formadores;
10. aprimorar a Educação a Distância, de forma geral, para que ela produza resultados significativos de aprendizado;
11. levar as ações de cidadania ao maior número possível de escolas gaúchas;
12. observar o alinhamento das ações educativas ao Projeto Pedagógico;
13. atender à Meta Específica nº 1 do CNJ para Justiça Eleitoral: Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral;
14. atender à Meta 9 do CNJ: realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030 - por meio do ODS 5 - Igualdade de Gênero -, eleito pela Justiça Eleitoral;

15. atender a todas as orientações previstas em Resoluções do CNJ atinentes às Escolas Judiciárias Eleitorais.

Neste contexto, a EJERS apresenta o seu Plano Anual de Trabalho e de Capacitação para o exercício 2021 (Resolução TSE nº 23.482/16), que contempla também o disposto na Resolução TSE n. 22.572/2007.

Na sequência, relata-se a metodologia empregada na construção deste Plano, para então apresentar as ações previstas, em consonância com as áreas de interesse da EJERS previstas no Projeto Pedagógico.

Convém mencionar que, com o avanço da Pandemia de Covid-19, a contar de março de 2020, as ações educacionais tiveram de ser reformuladas para a modalidade de educação a distância. O cenário, desde então, é marcado pelo trabalho remoto na Justiça Eleitoral, e a Escola teve de se adaptar e aprimorar suas ações educacionais por meio de diversos formatos virtuais, afetando igualmente o planejamento para o presente ano.

## **2. METODOLOGIA**

Com vistas à construção do Plano Anual de Trabalho e de Capacitação (PATC) da EJERS para o exercício de 2021, foram vivenciadas as seguintes etapas:

a) Reuniões da Equipe EJERS sob a orientação profissional da Professora Acácia Kuenzer, doutora em Educação;

b) Apresentação aos titulares das unidades da metodologia iniciada em 2020 para identificação de prioridades de ações educacionais na Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul e alinhamento à estratégia da instituição. Evoluiu-se do modelo utilizado em 2020 - consulta por e-mail - para uma reunião telepresencial em que foram abordados os problemas que impactam os resultados de cada unidade passíveis de serem mitigados por ações de capacitação, conforme atas das reuniões encontradas no processo SEI 0000988-54.2021.6.21.8000.

Nestas etapas, foram recuperados os temas transversais que compõem as demandas estratégicas para a instituição, escolhidos pelos titulares das unidades em levantamento de 2020. Os temas eleitos são os que seguem:

- Gestão por processos;
- Gestão de pessoas;
- Direito administrativo;
- Direito aplicado à gestão cartorária;
- Comunicação interna e externa;
- Proteção de Dados - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

c) Entrevistas com representantes das unidades do TRE-RS (Secretarias, Assessorias da Presidência e Diretoria-Geral e Conselho de Representantes de Cartórios Eleitorais), com os objetivos de:

- explicar o modelo atual de diagnóstico das necessidades de capacitação da instituição, as quais devem estar alinhadas aos objetivos estratégicos do TRE-RS;
- apresentar os dados referentes à capacitação da unidade em 2020;

- investigar quais as lacunas de trabalho das unidades que podem ser supridas com capacitação, para atender as demandas educacionais do Tribunal, considerando sua gestão estratégica;
- definir três prioridades<sup>1</sup> de capacitação de cada unidade;
- apresentar os temas transversais que serão trabalhados pela EJERS em 2021.

Foi esclarecido que as demandas induzidas (estratégicas) são prioridade e que as demandas espontâneas das unidades serão analisadas posteriormente, na medida que houver orçamento disponível e interesse da administração.

d) Análise de conteúdo das respostas apresentadas;

Do exame das respostas, foram identificados os seguintes eixos temáticos:

- Orçamento, finanças e dados gerenciais;
- Direito eleitoral e processual eleitoral;
- Direito administrativo;
- Visão sistêmica e engajamento;
- Proteção de dados;
- Atendimento;
- Gestão por processos;
- Inteligência de dados;
- Novas tecnologias;
- Inovação;
- Demandas específicas<sup>2</sup>.

e) distribuição dos eixos temáticos entre as Seções da EJERS, para elaboração das sugestões de ações educacionais;

f) submissão deste documento ao Conselho Consultivo da EJERS;

Os resultados destas etapas foram agrupados considerando-se os temas transversais eleitos pelos titulares das unidades, as áreas prioritárias de atuação da Escola e os eixos de atuação de seu Projeto Pedagógico. São apresentados na sequência, acompanhados da previsão de impacto orçamentário.

### 3. SUGESTÕES DE AÇÕES EDUCACIONAIS

#### 3.1 CAPACITAÇÕES JURÍDICAS

##### 3.1.1 DIREITO ADMINISTRATIVO

###### 3.1.1.1 CONTRATOS

**Resultados que se pretende alcançar:** Nesta capacitação vislumbra-se aprimorar os conhecimentos necessários para controlar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes em um contrato administrativo.

**Público a que se destina:** Precipuaente a servidores da Assessoria Jurídica, da Secretaria de Administração e demais unidades correlacionadas/interessadas.

**Metodologia:** Curso a ser contratado no mercado.

<sup>1</sup> Foram definidas três prioridades em razão das restrições orçamentárias e de pessoal na EJERS.

<sup>2</sup> Demandas específicas são aquelas que não puderam ser classificadas em nenhuma das demais categorias, por terem características próprias do trabalho da unidade demandantes.

**Previsão orçamentária:** R\$ 1.262,00 (média de valor por aluno) x N° de servidores 30 = R\$ 37.860,00

### 3.1.1.2 LICITAÇÕES - NOVA LEI DE LICITAÇÕES

**Resultados que se pretende alcançar:** Atualização haja vista que no dia 10 de dezembro de 2020, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.253/2020, que cria um novo marco legal para substituir a Lei das Licitações (Lei 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações – RDC ( Lei 12.462/11). Entre outras medidas, o texto substitutivo cria modalidades de contratação, tipifica crimes relacionados a licitações e disciplina itens do assunto em relação às três esferas de governo: União, estados e municípios.

**Público a que se destina:** Precipuaente a servidores da Assessoria Jurídica, da Assessoria da Diretoria-Geral e da Secretaria de Administração e demais unidades correlacionadas/interessadas.

**Metodologia:** Curso a ser contratado no mercado.

**Previsão orçamentária:** R\$ 1.980,00 (média de valor por aluno) x N° de servidores 30 = R\$ 59.400,00

### 3.1.1.3 LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

**Resultados que se pretende alcançar:** Atualização dos conhecimentos teóricos e práticos, conforme legislação e julgados atuais, abordando questões relativas à Legislação de Pessoal.

**Público a que se destina:** Precipuaente a servidores da Assessoria Jurídica, da Secretaria de Gestão de Pessoas e demais unidades correlacionadas/interessadas.

**Metodologia:** Curso a ser contratado no mercado.

**Previsão orçamentária:** R\$ 1.863,00 (média de valor por aluno) x N° de servidores 15 = R\$ 27.900,00

### 3.1.1.4 REFORMA DA PREVIDÊNCIA

**Resultados que se pretende alcançar:** Atualização face às modificações trazidas pela Reforma da Previdência no serviço público, consagradas pela Emenda Constitucional advinda da EC 03/2019.

**Público a que se destina:** Precipuaente a servidores da Assessoria Jurídica, da Secretaria de Gestão de Pessoas e demais unidades correlacionadas/interessadas.

**Metodologia:** Curso a ser contratado no mercado.

**Previsão orçamentária:** R\$ 1.266,00 (média de valor por aluno) x N° de servidores 8 = R\$ 10.133,00.

## 3.1.2 DIREITO ELEITORAL

### 3.1.2.1 DIREITO ELEITORAL AVANÇADO

**Resultados que se pretende alcançar:** Atualizar os magistrados e servidores nos principais temas atinentes ao Direito Eleitoral, em especial em relação aos desafios do processo eleitoral brasileiro no ambiente digital, inclusive procurando fomentar o combate à desinformação nos meios digitais.

**Público a que se destina:** Precipuaente a servidores da Secretaria da Corregedoria, da Secretaria Judiciária, aos Juízes Eleitorais e demais unidades correlacionadas/interessadas.

**Metodologia:** Instrutoria interna a fim de promover a realização de Webinar.

Webinar por meio de 8 lives sobre os seguintes temas: Registro de Candidaturas; Propaganda Eleitoral; Ações Eleitorais; Representações Específicas; Investigação na Internet, preservação de

provas, cumprimento de decisões na internet; Prestação de Contas de Campanha; Segurança do Processo Eletrônico de Votação e Desinformação e as Eleições.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 8 palestrantes/formadores = R\$ 4.576,00.

### 3.1.2.2 NIVELAMENTO JURÍDICO CARTORÁRIO

**Resultados que se pretende alcançar:** Em razão de alguns servidores do TRE-RS não terem formação jurídica, a presente capacitação pretende possibilitar o nivelamento básico nas atividades essenciais para a condução dos procedimentos relativos à atividade jurídico-cartorária, bem como ao manejo básico dos processos eleitorais.

**Público a que se destina:** Precipualemente a servidores das Zonas Eleitorais e demais unidades correlacionadas/interessadas.

**Metodologia:** Lançamento de edital para a seleção de instrutores internos, para a elaboração de um curso EAD de 20h, o qual será oferecido mediante convocação para os servidores dos Cartórios Eleitorais e, após, ficará disponível para consulta para todos os servidores (inclusive requisitados e estagiários) da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

**Previsão orçamentária:** Recomenda-se a seleção via edital e posterior contratação de servidores de notória especialização e prática na área processual-eleitoral, mediante o pagamento de Instrutoria Interna, com valores de referência previstos na Resolução ENFAM n. 1/2017, com a seguinte previsão orçamentária: 20 horas de pagamento para a parte de elaboração do conteúdo x R\$ 251,00 (mestres) = R\$ 5.020,00; 20 horas de tutoria de conteúdo x R\$ 251,00 = R\$ 5.020,00; 5 horas de pagamento instrutor interno para a revisão gramatical x R\$ 251,00 (mestres) = R\$ 1.255,00. Total estimado: R\$ 11.295,00.

### 3.1.3 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

**Resultados que se pretende alcançar:** Aprofundar os estudos e aplicabilidade da Lei n. 13.709/2018, que entrou em vigor em agosto de 2020, de forma que as capacitações possam auxiliar na busca de mecanismos a fim de darem efetividade à proteção de dados pessoais, tanto no meio físico como no meio digital, no âmbito do TRE-RS.

Desta forma, o presente Plano de Trabalho pretende nivelar e conscientizar, por meio de capacitações, todos os colaboradores da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul: estagiários, requisitados, servidores e juízes eleitorais, no intuito de esclarecer dúvidas e dar amplo conhecimento ao tema, para que todos sejam conhecedores da temática de proteção de dados pessoais e dos impactos que podem ser causados devido à violação desses dados.

Ainda, a EJERS promoverá ações de capacitação considerando os diferentes níveis de envolvimento dos colaboradores da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, de forma que aqueles que ocupam funções com responsabilidades essenciais relacionadas à proteção de dados pessoais recebam treinamento diferenciado, conscientizando-os acerca do tema em relação às políticas organizacionais associadas à proteção desses dados, para fins de preservação da privacidade dos titulares.

**Público a que se destina:** Conscientização e nivelamento mínimo da matéria a todos os colaboradores da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul (estagiários, requisitados, servidores e juízes eleitorais).

Todavia, em maior profundidade, precipualemente a servidores do Comitê de Segurança da Informação e Proteção dos Dados Pessoais (Portaria será publicada em 04 de abril de 2021), a servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas, especialmente aqueles que atuam diretamente na operação de dados pessoais, a servidores Assessoria da Diretoria-Geral e da Assessoria da Presidência/Ouvidoria.

**3.1.3.1 Webinar "Jornada LGPD":** Esclarecimento e nivelamento básico a todos os colaboradores da Justiça Eleitoral, por meio da contratação de instrutoria interna, a fim de promover a conscientização geral acerca do tema.

**Metodologia:** Webinar por meio de 5 lives. Sugere-se a contratação de profissionais de notória especialização no assunto, mediante o pagamento de Instrutoria Interna tendo como referência a Resolução ENFAM n. 1/2017. Após, disponibilizar este material de maneira permanente para todo o TRE-RS, no ambiente moodle.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 5 palestrantes/formadores = R\$ 2860,00.

**3.1.3.2 Curso avançado sobre LGPD para o integrantes do Comitê de Segurança da Informação e Proteção dos Dados Pessoais** (Portaria será publicada em 04 de abril de 2021):

**Metodologia:** Contratação de cursos no mercado

**Previsão orçamentária:** R\$ 1.500,00 (média de valor por aluno) x N° de servidores 7 = R\$ 10.500,00.

**3.1.3.3 Curso específico para os servidores da SGP que tratam de dados pessoais:**

**Metodologia:** Contratação de cursos no mercado

**Previsão orçamentária:** R\$ 1.500,00 (média de valor por aluno) x N° de servidores 10 = R\$ 15.000,00.

**TOTAL DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A CAPACITAÇÃO JURÍDICA EM 2021:**  
R\$ 179.524,00.

## **3.2 PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES EDUCACIONAIS EM CIDADANIA**

### **3.2.1 PROGRAMAS INSTITUCIONAIS**

#### **3.2.1.1 Programa Lideranças do Futuro:**

O Programa Lideranças do Futuro visa a educar para a cidadania, o exercício de votar/ser votado e o desenvolvimento de futuros líderes na sociedade.

Ao longo do ano, serão promovidas palestras em instituições de ensino acerca dos principais eixos de cidadania, visando ao fortalecimento dos valores democráticos e o estímulo da participação cidadã, fomentando a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade.

**Previsão orçamentária:** sem custos.

#### **3.2.1.2 Programa Mais Mulheres na Política:**

O Programa Mais Mulheres na Política é desenvolvido por meio de ações educativas, estudos e pesquisas, direcionados à sociedade, apresentando temas como a contextualização das mulheres na política brasileira, legislação, jurisprudência eleitoral e fomento das candidaturas femininas.

Os principais objetivos do programa são: promover o pluralismo político, nos termos do art. 1º, inc. V, da Constituição Federal; promover a educação para a cidadania política; preparar facilitadores para atuar nas ações educativas e sensibilizar a sociedade sobre a importância da participação feminina nos espaços de poder.

Os eventos previstos para o programa foram divididos nos seguintes eixos temáticos:

### **3.2.1.2.1 Eixo Violência e Assédio contra a Mulher:**

Historicamente as mulheres figuram como alvo preferencial da opressão e violências praticadas nas organizações sociais ou esferas de poder. No atual contexto pandêmico, no qual a visibilidade da violência se estreita pelas limitações impostas pelo distanciamento social, foi verificado um aumento da violência contra as mulheres. Tal situação pode ser verificada pelos indicadores disponibilizados pela Segurança Pública, os quais apontam que o número de tentativas de feminicídio no Rio Grande do Sul aumentou 34,8% em janeiro de 2021 em comparação com o mesmo mês do ano passado.

#### **3.2.1.2.1.1 Evento em alusão ao Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher:**

**Previsão de data do evento:** 25 de novembro de 2021. Exposição e debates entre 2 profissionais de notória especialização no assunto. Sugere-se a contratação dos profissionais mediante o pagamento de Instrutoria Interna tendo como referência a Resolução ENFAM n. 1/2017.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 2 palestrantes/formadores = R\$ 1.144,00.

#### **3.2.1.2.2 Eixo Liderança Feminina:**

O fortalecimento de lideranças femininas permite o exercício consciente dos direitos em paridade de condições. O auxílio no desenvolvimento de aptidões pessoais, extrapolando os estereótipos que cercam o universo feminino, estimula e fortalece a inclusão na agenda política.

##### **3.2.1.2.2.1 Palestra de conscientização acerca da importância das mulheres em espaços de poder**

Debate entre 2 profissionais de notória especialização no assunto. Sugere-se a contratação dos profissionais mediante o pagamento de Instrutoria Interna tendo como referência a Resolução ENFAM n. 1/2017.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 2 palestrantes/formadores = R\$ 1.144,00.

##### **3.2.1.2.2.2 Podcast sobre Histórias Femininas Inspiradoras**

**Previsão orçamentária:** sem custos.

##### **3.2.1.2.2.3 Diagnóstico da Participação Feminina em Cargos de Gestão**

Apresentação dos resultados da pesquisa sobre ocupação dos cargos de gestão por mulheres do TRE-RS para o Conselho de Administração do TRE-RS e sugerir ações que promovam a conscientização da importância de mulheres ocuparem cargos de decisão, assim como a aprovação de normativos que incentivem e promovam a participação de, no mínimo, 30% de mulheres nos eventos da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

**Previsão orçamentária:** sem custos.

#### **3.2.1.2.3 Eixo Mais Mulheres na Política:**

Em 2015 foi aprovado pelo Parlatino (Parlamento Latino-americano e Caribenho) que o Marco Normativo para a consolidação da Democracia Paritária, desenvolvido em cooperação com a ONU Mulheres, seria utilizado como orientador no impulsionamento da participação das mulheres na política na região. Tal documento aponta a democracia paritária como eixo primordial do Estado inclusivo. Mesmo assim, em 2021, no ranking de Mulheres na Política feito pela IPU – Inter Parliamentary Union, de 188 países o Brasil ocupa a posição 142 - considerando 15,2% de mulheres na Câmara e 12,4 % no Senado. Em sentido semelhante, o observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe registra o Brasil na posição 29 dentre os 35 países que compõem a base de análise dos indicadores de representatividade feminina na Câmara.

Constata-se a ocorrência de uma patente exclusão feminina, que distancia mulheres do centro das decisões políticas, trazendo dissonância com a representatividade do eleitorado e correspondendo a atentado à democracia eficaz e inclusiva. Assim, visando à reversão dessa situação e a implementação de acordos previstos busca-se, concomitantemente, pelas ações implementadas: a) estabelecimento de política estratégica para promoção de empoderamento das mulheres com a finalidade de fomentar e incentivar o ingresso no espaço político; e, b) chamamento dos partidos políticos para promover a inclusão e efetiva participação e capacitação das mulheres no processo eleitoral.

Diante disso, em 2021 pretende-se realizar a seguinte ação:

### **3.2.1.2.3.1 Evento com partidos políticos para incentivar a participação feminina na política**

**Previsão orçamentária:** sem custos.

## **3.2.2 AÇÕES EDUCACIONAIS EM CIDADANIA:**

### **3.2.2.1 Aula inaugural do Ano Letivo de 2021:**

Professora e Doutora Mônica Karawejczyk, evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher, com o tema “As filhas de Eva Querem Votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil”, no dia 11 de março de 2021, às 16 horas, transmitida ao vivo pelo Canal da EJERS no YouTube, conforme descrito e autorizado no processo SEI 0002707-71.2021.6.21.8000,

**Custeio:** R\$ 600,00.

### **3.2.2.2 Grupo de Estudos em Cidadania:**

Estudos e debates a serem realizados por servidores do TRE-RS, com a finalidade de estabelecer as diretrizes para os projetos em cidadania desenvolvidos pela Escola. A coordenação do grupo será ministrada pela servidora do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, atualmente lotada no Gabinete da Presidência do TSE, Lara Marina Ferreira, com retribuição financeira através de instrutoria interna (Res. ENFAM n. 1/2017).

**Previsão Orçamentária:** R\$ 2.730,00

### **3.2.2.3 Projeto Vídeos Institucionais**

Considerando o contexto de distanciamento social, imposto pela pandemia, surgiu a ideia de gravar vídeos com palestras didáticas acerca dos principais temas relacionados à cidadania, que serão trabalhados pela EJERS no ano de 2021. O objetivo é disponibilizar este material para que as zonas eleitorais possam realizar ações de cidadania com um discurso institucional homogêneo acerca de cada tema. Além das zonas eleitorais, o material será disponibilizado a instituições de ensino e utilizado para atender à meta específica n. 1 do CNJ para a Justiça Eleitoral (promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral).

**Previsão Orçamentária:** 1h por palestrante/formador no valor equivalente à contadista x R\$ 251,00 (mestres), total de 8 vídeos para cada um dos eixos/temas = R\$ 551,00 x 8 palestrantes/formadores = R\$ 2.008,00.

#### **3.2.2.4 Live Violência de Gênero: conscientização como forma de prevenção**

Evento em alusão ao Dia Internacional da Mulher, realizado em 19 de março de 2021, das 14h às 16:30, transmitido ao vivo pelo Canal da EJERS no YouTube, desenvolvido em conjunto com a Comissão de Diversidades e Inclusão, atendendo ao disposto no art. 7º da Resolução CNJ 270/2018.

**Custeio:** orçamento da Comissão de Diversidades e Inclusão do TRE-RS.

#### **3.2.2.5 Ação informativa abordando o tema Identidade de Gênero (Nome Social)**

Em atenção ao art. 7º da Resolução CNJ 270/2018. Evento a ser desenvolvido em conjunto com a Secretaria da Corregedoria do TRE para informar os servidores acerca do uso do nome social, conforme o que determina a Resolução CNJ n. 270/2018. Serão contratados 2 advogados especialistas no tema para promover uma reflexão acerca da importância do assunto.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 2 palestrantes/formadores = R\$ 1.144,00.

#### **3.2.2.6 Ação em comemoração aos 25 anos da urna eletrônica**

Servidores da Justiça Eleitoral, especialistas no tema, farão apresentação informativa acerca da segurança do sistema eletrônico de votação. Previsão para realização do evento em outubro de 2021.

**Previsão orçamentária:** sem custos.

#### **3.2.2.7 Live “Democracia na Cor da Pele”**

Sobre a Participação de Negros na Política, em atenção à Resolução CNJ 203/2015. Debate entre 2 profissionais de notória especialização no assunto a fim de promover a conscientização geral acerca da importância da pluralidade racial nos espaços de poder político.

**Previsão orçamentária:** será utilizado o orçamento da Comissão de Diversidades e Inclusão do TRE-RS.

#### **3.2.2.8 Live em alusão ao Dia Internacional da Democracia:**

Debate entre 2 profissionais de notória especialização no assunto, a fim de promover a conscientização geral acerca do tema, fortalecer valores democráticos e estimular a participação cidadã, fomentando a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade. Sugere-se a contratação dos profissionais mediante o pagamento de Instrutoria Interna tendo como referência a Resolução ENFAM n. 1/2017. Após o evento, o material será disponibilizado de maneira permanente para todo o TRE-RS. Previsão de data do evento: 15 de setembro de 2021.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 2 palestrantes/formadores = R\$ 1.144,00.

#### **3.2.2.9 Evento em alusão ao Dia do Idoso:**

Debate entre 2 profissionais de notória especialização no assunto, a fim de fomentar o voto sênior e fortalecer valores democráticos. Sugere-se a contratação dos profissionais mediante o

pagamento de Instrutoria Interna tendo como referência a Resolução ENFAM n. 1/2017. Após, disponibilizar este material de maneira permanente para todo o TRE-RS, no ambiente moodle. Previsão de data do evento: 1º de outubro de 2021.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 2 palestrantes/formadores = R\$ 1.144,00.

### **3.2.2.10 Ação Educacional em lembrança ao Dia Nacional da Cidadania:**

Debate entre 2 profissionais de notória especialização no assunto a fim de promover um momento de reflexão. O Dia Nacional da Cidadania, 5 de outubro, coincide com a data de promulgação da Constituição federal, em 5 de outubro de 1988, assim oportuno promover uma reflexão acerca dos avanços da cidadania desde a independência do Brasil.

Sugere-se a contratação dos profissionais mediante o pagamento de Instrutoria Interna tendo como referência a Resolução ENFAM n. 1/2017. Após, disponibilizar este material de maneira permanente para todo o TRE-RS, no Canal da EJERS no YouTube. Previsão de data para o evento: 10 de outubro de 2021.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 2 palestrantes/formadores = R\$ 1.144,00.

### **3.2.2.11 Live em lembrança ao Dia da Consciência Negra:**

“Bate-papo”, com duração de 1h, a fim de proporcionar um momento de reflexão sobre o preconceito que ainda existe na sociedade, em atenção à Resolução CNJ 203/2015. Previsão de data do evento: 22 de novembro de 2021.

**Previsão orçamentária:** será utilizado o orçamento da Comissão de Diversidades e Inclusão do TRE-RS.

### **3.2.2.12 Ação voltada aos magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que tenham filhos ou dependentes legais na mesma condição:**

Para promover informação, sensibilização e inclusão, em atenção ao art. 6º da Resolução CNJ 343/2020 do CNJ. Sugere-se a contratação de até dois profissionais mediante o pagamento de Instrutoria Interna tendo como referência a Resolução ENFAM n. 1/2017.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 2 palestrantes/formadores = R\$ 1.144,00.

### **3.2.2.13 Aula de Encerramento do Ano Letivo de 2021**

Ação educacional com tema a ser definido. Sugere-se a contratação de profissionais mediante o pagamento de Instrutoria Interna tendo como referência a Resolução ENFAM n. 1/2017.

**Previsão orçamentária:** Instrutoria Interna - 2h por palestrante/formador no valor equivalente à facilitação de ação presencial (equiparada à telepresencial conforme análise da Assessoria Jurídica deste TRE-RS, enquanto durar a pandemia) x R\$ 286,00 (mestres) = R\$ 572,00 x 2 palestrantes/formadores = R\$ 1.144,00.

### 3.3 AÇÕES EDUCACIONAIS OBRIGATÓRIAS

#### 3.3.1 Treinamento em Prevenção e Combate a Incêndio – Formação continuada/desenvolvimento funcional

**Resultados que se pretende alcançar:** Capacitar os servidores para atender a exigência legal para funcionamento dos prédios onde estão localizados os Cartórios Eleitorais.

**Público a que se destina:** servidores de Zonas Eleitorais (cerca de 242 servidores)

**Metodologia:** Presencial - por credenciamento

**Previsão orçamentária:** R\$ 24.200,00

#### 3.3.2 Básico em NR-10 Básico – Segurança em instalações e serviços com eletricidade

**Resultados que se pretende alcançar:** Capacitar os servidores para atender os normativos de segurança do trabalho que regulamentam o exercício de profissões que lidam com manutenção de instalações e serviços de eletricidade.

**Público a que se destina:** 04 servidores da Secretaria de Administração

**Metodologia:** EAD

**Previsão orçamentária:** R\$ 680,00

#### 3.3.3 Reciclagem NR-10 Básico – Segurança em instalações e serviços com eletricidade

**Resultados que se pretende alcançar:** Capacitar os servidores para atender os normativos de segurança do trabalho que regulamentam o exercício de profissões que lidam com manutenção de instalações e serviços de eletricidade.

**Público a que se destina:** 04 servidores da Secretaria de Administração

**Metodologia:** EAD

**Previsão orçamentária:** R\$ 560,00

#### 3.3.4 Capacitação para Agentes de Segurança

**Resultados que se pretende alcançar:** Atender a Lei 11.416/2006 – Gratificação por Encargo de Segurança – e Resolução TSE 22.595/2007 – necessidade de 30h de capacitação para manutenção da GAS.

**Público a que se destina:** 05 servidores da Secretaria de Administração

**Metodologia:** EAD

**Previsão orçamentária:** R\$ 6.250,00

**CUSTO TOTAL COM AÇÕES EDUCACIONAIS OBRIGATÓRIAS:** R\$ 31.690,00.

### 3.4 OUTRAS DEMANDAS DE CAPACITAÇÃO

Nesta seção, são apresentadas as demandas educacionais resultantes da etapa “b” da metodologia descrita no segundo tópico deste documento: capacitações transversais (temas escolhidos pelos titulares das unidades em levantamento de 2020) que compõem as demandas estratégicas para a instituição.

#### 3.4.1 Capacitação para Gestores

**Resultados que se pretende alcançar:** Atender a Lei 11.416/2006, art. 4º, § 4º, onde servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no

prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação; e § 5º A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4º deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

E a Resolução TSE 22.572/2007, art. 4º, III: III - proporcionar o envolvimento dos ocupantes de funções de natureza gerencial com o aprendizado, assegurando a realização de, pelo menos, 30 (trinta) horas de capacitação destinado à formação e ao desenvolvimento de gestores, a cada dois exercícios; 30h para servidores a cada biênio.

**Público a que se destina** gestores (Zonas Eleitorais, Chefes de Seção, Coordenadores, Assessores-Chefes, Secretários e Diretor-Geral)

**Metodologia:** A Capacitação para Gestores será atendida através das Jornadas previstas nas Capacitações Transversais

### 3.4.2 Capacitações Transversais

Da análise dos problemas apontados pelas Unidades do TRE-RS e Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais, elaborou-se um quadro, apresentando grandes temas, com estimativa de custeio, considerando a possibilidade de instrutoria interna e/ou contratação externa.

Os valores foram estimados a partir do histórico de contratações, bem como de breve pesquisa de mercado.

Área de Atuação	Tema	Instrutoria Interna	Contratação Externa
Comunicação	Comunicação	-	R\$ 33.375,00
Jornada Liderança e Produtividade	Gestão do Trabalho /Teletrabalho - Live Metodologia GTD		Sem custo
	Curso Introdução da Metodologia GTD – Formação de Multiplicadores		R\$ 32.000,00
	Grupo de Estudo Remoto - GTD - A Arte de fazer Acontecer - David Allen		Sem Custo
	Liderança, Gestão de Pessoas e Engajamento de Equipes	-	R\$ 38.000,00
	Liderança Feminina	R\$ 5.920,00	
	Gestão Comportamental e Inteligência Emocional		R\$ 10.500,00
	Liderança Criativa - Proatividade e Cérebro Criativo		R\$ 17.380,00
	Visão Sistêmica e Integração para Troca de Experiências - Ciclo de Lives no Estúdio		Sem custo

Jornada – Qualidade no Atendimento	Live – Os desafios do Atendimento para os novos tempos		R\$ 6.000,00
	Curso - A Excelência no Atendimento para Servidores Públicos (Foco CAE e Ouvidoria)		R\$ 26.000,00
Jornada – Gestão por Processos	Gestão de Processos de Negócio		R\$ 24.000,00
Jornada – Análise e Inteligência De Dados	Atualização em Tecnologia da Informação, Excel Avançado, Interação com Banco de Dados e Inteligência de Dados		R\$ 29.750,00
Jornada – Dominando as Novas Tecnologias	Aprendizagem Ativa para o uso de Tecnologias e Sistemas informatizados	R\$ 7.271,00	
Jornada - Inovação e Design Estratégico para Escolas Judiciárias	Inovação e Design Estratégico para Escolas Judiciárias - Aspectos pedagógicos/ didáticos na Gestão Educacional		R\$ 12.000,00
Cursos Específicos	Design Instrucional		R\$ 14.000,00
	Tesouro Gerencial, SIAFI e Nova Nota de Empenho		R\$ 20.850,00
	Orçamento Público, Execução e Questões Orçamentárias		R\$ 19.500,00
	Conformidade Contábil		R\$ 19.500,00
	Prevenção ao Assédio Moral		R\$ 12.000,00
Total por tipo de Contratação		R\$ 13.191,00	R\$ 314.855,00
<b>TOTAL</b>			R\$ 328.046,00

#### 4. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

A partir das informações expostas, apresenta-se a síntese do impacto orçamentário das ações já mapeadas:

<b>Recurso orçamentário (CAPEJE)</b>	<b>Custeio</b>
Capacitações jurídicas	R\$ 179.524,00
Programas institucionais e ações educacionais em cidadania	R\$ 14.490,00
Ações educacionais obrigatórias e capacitações transversais	R\$ 359.736,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 553.750,00</b>

## **5. PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

A EJERS é responsável pela produção, editoração e publicação da Revista do TRE-RS, que reúne produção científica em temas de interesse da Justiça Eleitoral. São produzidos dois números da revista por ano, sendo selecionados em torno de 20 artigos de produção acadêmica. Não há dotação orçamentária específica para este eixo, porque não são previstos gastos diretamente ligados ao eixo.

## **6. METAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO**

A principal meta da EJERS é cumprir 80% dos objetivos estratégicos deste Plano. Também há como meta a otimização dos recursos orçamentários. Neste sentido e alinhado com a meta já descrita, priorizar-se-ão as ações de capacitação que podem ser realizadas na modalidade *in company*, customizadas para o Tribunal, assim como aquelas que atenderão um maior número de servidores.

A EJERS tem investido no aperfeiçoamento da educação a distância, considerando o contexto de trabalho remoto e distanciamento social impostos pela pandemia.

Em observação à Resolução TSE n. 22.572/2007 e em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para o relatório de gestão, serão acompanhados os seguintes indicadores:

- a) execução orçamentária/investimento total efetuado;
- b) número de ações ofertadas;
- c) número total de participações nas ações de capacitação;
- d) número total de servidores capacitados;
- e) número total de servidores capacitados por unidade administrativa;
- f) investimento total efetuado em cada unidade administrativa;
- g) média dos investimentos efetuados por treinando e por unidade administrativa;
- h) satisfação dos servidores com as capacitações oportunizadas.

Ao final do exercício financeiro, será elaborado relatório específico em que constarão estas informações e outras que possam ser consideradas pertinentes.